MONTEIRO, J. L. 1999. Quem disse que não há infixos em português? Anais do II Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: CIFEFIL & UFRJ. P. 77-97. http://www.filologia.org.br/anais/anais_iicnlf50.htm/. Acesso em 02 de novembro de 2011.

QUEM DISSE QUE NÃO HÁ INFIXOS EM PORTUGUÊS?

José Lemos Monteiro

1. INTRODUÇÃO

Nas descrições atuais da morfologia portuguesa, há um consenso em torno da inexistência de infixos como mecanismo gramatical. A flexão, tanto nominal quanto verbal, se serve apenas do emprego de sufixos. De modo análogo, o processo derivacional, embora utilize às vezes o acréscimo de prefixos, com tanta freqüência se realiza mediante a sufixação, que hoje em geral nem se cogita da possibilidade de que certos segmentos sejam caracterizados como infixos.

É verdade que houve um avanço considerável nas técnicas de segmentação mórfica, a partir da introdução do conceito de morfema e de princípios como o da sincronia que, com algum rigor metodológico, vieram permitir interpretações bem mais simples e coerentes do que as que se faziam anteriormente, em geral confusas e até contraditórias porque privilegiavam o aspecto diacrônico. Assim, tudo aquilo que alguns gramáticos tradicionalistas de nossa língua denominaram de infixo não passou de uma série de equívocos já inteiramente desfeita, desde que se incluiu na definição de morfema o requisito da presença obrigatória do significado. E os elementos identificados como infixos pelos filólogos e gramáticos do português ou resultavam de segmentações inteiramente arbitrárias ou eram semanticamente vazios.

Não obstante, qualquer que seja o modelo de descrição lingüística, ainda há muitas dúvidas e questões polêmicas no que se refere tanto ao mecanismo flexional quanto ao derivacional. A técnica da comutação de vez em quando esbarra em dificuldades, em virtude principalmente da falta de correspondência biunívoca entre morfe e morfema. E, com isso, as análi-ses mórficas propostas para um dado lexema nem sempre são coincidentes.

Acreditamos que alguns desses problemas derivam de constatações ou de pressupostos falsos que, portanto, devem ser revistos. Um desses pressupostos, a nosso ver, é o que nega a possibilidade da infixação em português. Se refletirmos algum tempo nessa questão, encontraremos uma série de elementos que nos permitirão descrever de forma simples e coe-rente fenômenos que até o momento não tiveram uma solução satisfatória. É tudo o que pretendemos neste trabalho.

2. CONCEITUAÇÃO DE INFIXO

Se consultarmos os dicionários especializados, leremos definições como a seguinte:

Chama-se infixo o afixo que se insere no interior de uma palavra para modificar-lhe o sentido: assim, em latim, o infixo nasal n insere-se às vezes na raiz da palavra para a constituição do

verbo; a raiz frag- com infixo n torna-se frango ("quebrar"), a raiz jug- com infixo n torna-se jungo ("ligar").(Dubois et al., 1993:340)

Câmara Jr. (1970) em nada diverge dessa opinião e, para ilustrar, cita o mesmo fonema nasal, explicando que, numa série limitada de verbos latinos, se distingue o presente do pretérito por esse mecanismo, conforme se percebe em linquo / liquo ou rumpo / rupi. Tem-se a impressão, uma vez que tal exemplo se repete entre os lingüistas, de que nas línguas indo-européias a infixação constitui um processo pouco produtivo. Aliás, o próprio Câmara Jr. (1970) faz esta observação, afirmando porém que em algumas línguas ameríndias e indonésias há casos bem mais nítidos e sistemáticos de morfemas infixados. Seja como for, já podemos destacar as seguintes características do infixo:
a) é um morfema aditivo;
b) aparece no interior de uma palavra;
c) contém um significado.

Dessas características, a mais evidente parece ser a posição que o elemento ocupa na palavra. E, aliás, é a posição que distingue os afixos, cujas modalidades, segundo Pena (1993), seriam as seguintes:

a) o prefixo - acrescenta-se antes de um vocábulo existente: grato in-grato;
b) o sufixo - vem após o radical ou tema de uma palavra: grato grato-s, grati-dão;
c) o interfixo - une uma raiz a um sufixo ou dois radicais de um composto: grat-i-dão, fil-ó-sofo;
d) o infixo - insere-se dentro de outro morfe, normalmente a raiz: em chamorro hasso "pensar" h-in-asso "pensamento";
e) o circunfixo - aplica-se a uma base no início e no fim, caracterizando-se como um afixo descontínuo : em georgiano katam-(i) "galinha" ? sa-katam-e "galinheiro";
f) o transfixo - insere-se, de forma descontínua, em mais de um ponto da raiz, dividindo-a: em árabe r-s-m "desenhar" ? r-a-s-i-m (-un) "que desenha".

Além dessas modalidades, pode-se falar do confixo que, segundo Martinet (1985), é um elemento, quase sempre empréstimo do latim ou do grego, nunca usado isoladamente como base ou forma livre. O lexema poliedro consiste de dois elementos que só existem combinados, por exemplo, em polígono ou tetraedro. Não é raro, todavia, que o confixo deixe de ser assim considerado, quando se combina com formas livres, o que se verifica em telejornal e polivalente, ou é usado como base autônoma (o tetra).
Resta observar que todos esses morfes, com exceção do transfixo, existem em português. O problema é que ainda não se avaliou até que ponto são úteis conceitos como os de confixo, circunfixo ou interfixo. Este último, por exemplo, em virtude de não ser considerado um morfema, talvez crie mais do que resolva uma série de dificuldades na segmentação mórfica. Quanto ao infixo, porém, não vemos por que não concebê-lo dentro da morfologia portuguesa, desde que haja rigor em sua caracterização. Se não houver rigor, sua introdução será com certeza prejudicial, pois se poderá confundi-lo com outros segmentos. É por isso que a seguir indicaremos alguns elementos que não podem ser interpretados como infixos.

3. OS FALSOS INFIXOS

Tendo em vista as características já apontadas para os infixos, deveremos agora distingui-los de outros morfes que com eles guardam alguma semelhança. Há algum risco de se confundir os infixos com os morfes de alternância, com os sufixos mediais ou, principalmente, com os interfixos. Por outro lado, é preciso ter o máximo de cautela na análise dos constituintes imediatos, a fim de que não ocorram segmentações falaciosas. Assim sendo, antes de definir quais são os verdadeiros infixos do português, temos que analisar os casos em que não se deve falar de infixação.

3.1. Os morfes de alternância

Entende-se por alternância qualquer variação sofrida por um fonema ou um grupo de fonemas num dado sistema morfológico. De acordo com Câmara Jr. (1968), trata-se de um tipo de morfema que consiste na substituição de um fonema dentro da raiz do vocábulo, o que estabelece uma oposição entre duas ou mais formas. Em português, embora sejam os morfemas aditivos os que definem os processos de flexão e de derivação, há casos de flexão interna em que se constata a presença de alternâncias. Assim ocorre, por exemplo, em faz ~ fiz ~ fez ou em avô ~ avó.

Ora, havendo permuta de fonemas, caberia o raciocínio de que um deles é inserido no lugar de outro, como se na raiz houvesse uma lacuna a ser preenchida. Assim, a raiz de fazer seria *?f...z. Contudo, falar de infixação neste caso é uma impropriedade. O infixo só existe quando se acrescenta, e não quando se alterna, um segmento fônico no interior de uma base. Por conseguinte, é falso raciocinar que o mecanismo da infixação se aplica aos casos em que a alternância é o verdadeiro morfema pelo fato de sozinha opor duas ou mais formas, como nos exemplos citados acima, e muito menos aos casos em que a alternância não tem o status de morfema porque a oposição básica se estabelece mediante a sufixação, tal como em durmo ~ dormes, sinto ~ sentes, bondoso ~ bondosa etc.

3.2. Os sufixos mediais

Câmara Jr. (1958) adverte que não é boa técnica descritiva considerar infixo um sufixo intermediário entre a raiz e outro sufixo (ex.: -bil- em -amabilidade). E em português é bastante comum a ocorrência de mais de um sufixo num mesmo vocábulo, o que exige o máximo de cautela na iden-tificação dos constituintes imediatos. Felizmente, essa tarefa não é arbitrária. Qualquer falante é capaz de perceber que um vocábulo como sentimentalismo não deriva diretamente de sentimento nem muito menos de sentir, porém de sentimental, de acordo com a seguinte análise mórfica: [[[[senti(r)] ment(o)] al] ismo]. Todos os morfemas aditivos no caso são sufixos e não há como pensar em infixação, desde que o acréscimo se faz numa seqüência: sentir sentimento sen-timental sentimentalismo.

Entretanto, nem sempre o reconhecimento dos afixos parece tão simples. Se formos, por exemplo, analisar o vocábulo regularização, diremos sem dificuldade que deriva do verbo regularizar e que este se forma do adjetivo regular. Chegando a esse ponto, já se torna menos fácil decidir se é lícito destacar o sufixo /-ar/ e menos fácil ainda saber se o segmento /-ul/ tem status de morfema. Em casos como esse, aceitando-se a infixação como mecanismo da língua, é bem maior o risco de falsamente rotular-se de infixo o que, na sincronia atual, está deixando de ser percebido como sufixo.

3.3. Os interfixos

O conceito de interfixo não é muito antigo e se deve a Malkiel, que o estabeleceu nos seguintes termos: "o segmento, sempre átono e vazio de significado, que se insere entre o radical e o sufixo de certos derivados." Dessa definição, podemos destacar com Portolés (1993) algumas características dos interfixos:
a) pertencem à morfologia derivacional, não dependendo do contexto sintático em que aparece a palavra que os aceita;
b) devem aparecer entre a base e o sufixo ou terminação verbal;
c) devem ser por natureza átono;
d) não se confundem com os sufixos que pertencem a cadeias sufixais;

Portolés (1993) ressalta, porém, que não devem ser considerados como interfixos os segmentos presentes em decalques (adaptações de estrangeirismos) ou em termos de origem latina que não produzem mais palavras novas como, por exemplo, cafeteira ou tutear (do francês cafetière e tutoyer) e perdigão (cujo segmento -ig- é conseqüência da evolução do étimo latino).
Em português, a nosso ver, os mais freqüentes casos de interfixa-ção ocorrem com as chamadas vogais e consoantes de ligação, o que se verifica em cafe-z-inho, am-á-vel ou cas-u-al. Vale observar que, não sendo tais elementos tidos como morfemas, há uma tendência de incorporá-los ou aos sufixos que os seguem ou aos radicais que os antecedem. Mas o grande problema é a ausência de um critério bem definido para essa incorporação, pois, se em geral se entende que o /-z/ deve fazer parte do sufixo, criando-se o alomorfe /-zinho/, já não se tem tanta segurança na análise de outros segmentos: em casual, a vogal de ligação parece que deve ser integrada ao radical (casu-al e não cas-ual), mas em amável talvez se prefira incorporá-la ao sufixo (am-ável).
Além disso, não se admitindo o interfixo como um morfe segmentável, o número de alomorfes cresce assustadoramente, o que contraria o princípio da economia e simplicidade descritiva. Por isso mesmo, apesar da alegada falta de significado, Malkiel (1957) prefere considerar os interfixos como morfes autônomos e não como parte integrante da base ou do afixo, pois, segundo ele, a eliminação de apenas um interfixo acarretaria a necessidade de se postular a existência de um elevado número de sufixos com-postos.
O argumento de Malkiel tem tudo para ser convincente. Em suas palavras:
A vantagem advinda desta classificação é a drástica redução de morfemas derivacionais: um número limitado de interfixos (não finais) (digamos, -ad-, -ar-, -arr-, -eg- e -ig-, -er-...), sem dúvida de significado difuso, mais a conhecida lista de sufixos (finais), dotado cada um deles de um carga semântica bem defi-nida, dariam conta de todas as complexidades combinatórias.

Só para se ter uma idéia, Portolés (1993) identificou em relação ao espanhol cerca de duzentas e cinqüenta combinações distintas entre interfixos e sufixos ou terminações verbais, ressalvando que esse cômputo seria enormemente ampliado se fossem levadas em conta variações dialetais ou familiares. A ser assim em português, parece bem mais simples fazer um levantamento dos segmentos que antecedem os sufixos e analisá-los como morfes autônomos, embora semanticamente vazios.
E, aliás, a questão da vacuidade semântica dos interfixos precisa ser vista com mais cautela. Nesse sentido, Carreter (1972, ap. Rainer, 1993), percebeu que certos segmentos identificados

como interfixos, existentes no processo de formação dos diminutivos em espanhol, não seriam morfes vazios, desde que serviriam para adequar o lexema à idéia de pequenez, preparando-o assim para receber o sufixo. Tal suposição é contestada pelo próprio Rainer, que indaga até que ponto uma forma como pueblito, somente por não conter um interfixo, expressaria menos afetividade ou traduziria com menor intensidade a noção diminutiva do que pueblecito.
Mas, aplicando o raciocínio ao português, se é pouco provável existir algu-ma diferença semântica entre pares como colherinha e colherzinha, há algumas situações em que a mudança de significado se deve ao segmento que antecede o sufixo.
A título de ilustração, observemos que vend-á-vel significa "que se vende com facilidade", enquanto que vend-í-vel se refere ao "que pode ser vendido". De modo análogo, vest-u-ário ("traje") se distingue de vest-i-ário ("compartimento onde se troca de roupa"). Exemplos como esses demonstram que os interfixos podem ter status de morfema ou a descrição dos constituintes mórficos terá que ser diferente.
Por outro lado, é necessário descobrir que funções teriam os interfixos na estrutura das palavras. É comum dizer-se que em português a chamada consoante de ligação serve para evitar a formação de hiatos. Mas de que valeriam outros segmentos que costumam preceder certos sufixos, especialmente os diminutivos e aumentativos? Uma resposta se liga ao fato de que alguns desses segmentos são originariamente morfemas sufixais que se desgastaram ou perderam todo o valor expressivo. Assim, de acordo com Fernández (1973), é para recuperar esse valor expressivo que na derivação apreciativa pode ocorrer a interfixação, o que se constata por exemplo em casarão, canzarrão, saparrão, cinturão etc. Entretanto, por que o sufixo /-ão/ continua produtivo e expressivo para inúmeras bases, sem necessidade de interfixos?
Uma outra hipótese, aliás bem sedutora, porém igualmente contestável, é defendida por Portolés (1993). Para ele, a interfixação permitiria uniões de bases com sufixos, em sua maioria quantificadores, quando houvesse restrições às regras de formação de palavras. Seguindo esse raciocí-nio, estariam justificadas formações como bail-ar-ino e danç-ar-ino, em que o sufixo só pôde ligar-se às bases verbais em virtude da presença do interfixo. Ou seja, o segmento /-ar/ possibilitaria que se derivasse um adje-tivo de um verbo, já que a anexação do sufixo não se faria de modo imedi-ato.
Em função do mesmo raciocínio, Portolés (1993) observa que os adjetivos formados com o sufixo /-oso/ jamais podem prender-se a uma base verbal. É por isso que se deve interpretar que um vocábulo como sau-doso não deriva do verbo saudar, mas do substantivo saudade, mediante haplologia: saudade > saudadoso > saudoso. O que dizer, porém, do adjeti-vo pegajoso? Aqui a conclusão óbvia não é outra senão a de que ele deriva de fato do verbo pegar. Se não houvesse nenhuma restrição, com a anexa-ção do sufixo /-oso/, o resultado seria normalmente *pegoso. Como, porém, existe a restrição de que esse morfema não se prende a uma base verbal, foi necessária a presença de um interfixo (peg-aj-oso), para invalidar a restri-ção.
A hipótese, apesar de atraente, não parece ter a menor consistência. Basta ver que o adjetivo peguento é derivado do mesmo verbo pegar, sem nenhum interfixo. Se ela pode valer para beberrão (de beber), para comilão (de comer) ou talvez para sabichão (de saber), não explica uma boa quanti-dade de aumentativos derivados diretamente de bases verbais, tais como chupão, chorão, mijão, peidão, cagão etc.
Há, pois, uma série de questões a resolver com a introdução do conceito de interfixo,

devendo-se ter o maior cuidado para não confundi-lo com o infixo, sobretudo porque, conforme exemplificamos, a interfixação às vezes acarreta mudanças de significado ou parece ter alguma função gra-matical. Celdrán (ap. Rainer 1993) insiste em que a distinção deve levar em conta o fato de que somente o infixo seria um autêntico morfema, enquanto o interfixo, por carecer de significado próprio, teria que ser introduzido mediante regras morfofonológicas. Mas, como vimos, há situações bastante específicas e de solução difícil. Só para citar mais um caso, observe-se a formação do plural dos diminutivos terminados em /-zinho/ , como em florzinha > florezinhas. Se dissermos que o segmento /-e/ constitui um infixo, admitimos que foi inse-rido em florzinha ao mesmo tempo que a desinência de plural, à semelhança de um morfe descontínuo. Se entendermos que se trata de um interfixo, diremos que foi colocado antes do sufixo, que assim pôde receber a desinência. Mas, desde que o /-z/ pode ser interpretado também como interfixo, estamos diante de dois interfixos contíguos, o que parece inteiramente fora de propósito. E se tomarmos um par do tipo cãozinho > cãezinhos, somos tentados a ver uma alternância submorfêmica /o/ ~ /e/, o que poderia tornar incoerente classificar o /e/ de florezinhas, que deve ser o mesmo de cãezi-nhos, como infixo ou interfixo.

3.4. As segmentações falaciosas

Pelos exemplos descritos acima, dá para se perceber que a identifi-cação de um dado elemento com freqüência esbarra em dificuldades decor-rentes dos próprios critérios de segmentação, nem sempre válidos para to-dos os casos. Pior ainda é quando as descrições propostas não parecem basear-se em qualquer critério. Silveira Bueno (1968), por exemplo, analisa o verbo esbofetear da seguinte forma: es- (prefixo); bofet- (raiz); -e- (infi-xo); -ar (sufixo). Ora, se já é meio complicado classificar o segmento /-ar/ como sufixo, porque o /a/ representa o índice temático e o /r/ a desinência de infinitivo, mais difícil ainda é admitir o /-e-/ como infixo, sem que tenha sido inserido na raiz verbal.
Assim sendo, por mais simples que possa parecer a estrutura de um dado vocábulo, é imprescindível que sejam examinadas com a atenção de-vida as várias formas de segmentação, no sentido de se testar a coerência da análise. A título de ilustração, tentemos interpretar o derivado chuvarada, cuja estrutura é aparentemente simples, e veremos então que o risco de se classificar erroneamente um infixo ou um interfixo pode resultar de seg-mentações falaciosas. As hipóteses de análise seriam as seguintes:

a) chuva > chuv+arada1

De acordo com essa segmentação, /-arada/ seria apenas um alo-morfe de /-ada/ e, portanto, teríamos uma derivação primária, em que um único sufixo se acrescentaria à base. Acolhemos esta interpretação em outro estudo (Monteiro, 1991), mas agora temos a intuição de que o significado de /-arada/ não é o mesmo de /-ada/, o que elimina a possibilidade da alo-morfia. Com efeito, se compararmos semanticamente os pares chuvada e chuvarada, perceberemos que, enquanto o primeiro vocábulo nos transmite a impressão de uma chuva que cai de forma abrupta ou repentina, o segundo nos remete à visualização de uma chuva que se espalha por todos os lugares. Ou seja, quando desejamos nos reportar a uma chuva forte, de pancada, mas localizada, podemos dizer chuvada; quando, porém, nos referimos a uma chuva intensa e generalizada, talvez a palavra mais expressiva seja chuva-rada.

Tal distinção, sem dúvida bastante sutil, pode ser constatada em outros pares. Sentimos, por exemplo, que uma cuspada não é a mesma coisa que uma cusparada: enquanto cuspada nos dá a impressão de uma cuspi-dela grossa e rápida mas pontual, cusparada nos traz à mente a imagem nojenta e nauseabunda de um cuspo que se espalha pelo chão. Se bem ob-servarmos, essa idéia de algo que se estende ou se espraia ou se alastra não se faz presente nos derivados em /-ada/, qualquer que seja o significado que este sufixo possa ter (cf. bicada, colherada, facada, peixada etc.), porém é constante nas palavras terminadas em /--arada/, conforme se pode verificar nos exemplos já citados ou ainda em galharada, gentarada, espumarada, filharada, folharada, milharada, bicharada etc.

b) chuva > chuv+arada2

Se, como argumentamos acima, /-arada/ não deve ser considerado uma variante do sufixo /-ada/, a mesma segmentação pode entretanto dar margem à caracterização do segmento /-arada/ como um morfema específi-co. Talvez o problema maior dessa interpretação seja o de que, a ser assim, o número de sufixos e alomorfes se multiplica, uma vez que o segmento /-ar-/ não costuma aparecer somente antes de /-ada/. Só para se ter uma idéia, segundo um levantamento feito por Malkiel (1957) em relação ao espanhol, haveria nada menos do que vinte e oito sufixos com /-ar/, o que sem dúvida contraria o princípio da economia ou simplicidade descritiva. Em português, a situação não parece ser diferente. Podemos citar, a título de exemplifica-ção, os seguintes elementos iniciados por ar, que passariam a ser interpre-tados como sufixos autônomos:
/-aral/ - milharal
/-arão/ - linguarão
/-araz/ - linguaraz
/-arudo/ - linguarudo
/-areiro/ - linguareiro, lambareiro
/-arina/ - Deusarina

E, como casos de alomorfia, teríamos, entre outros:
/-orada/ - bicorada
/-arrão/ - bebarrão, santarrão
/-zarrão/ - canzarrão
/-errão/ - beberrão

Além disso, essa interpretação dá margem a que vários segmentos possam ser analisados como sufixos autônomos. Assim, por exemplo, o derivado verbal do adjetivo ridículo seria normalmente ridiculizar, tal como registra o Aurélio. Na prática, porém, o que se tem é a forma ridicularizar. Ora, se fizermos uma reflexão sobre o aspecto conotativo que contrasta essas duas formas, veremos que o segmento /-ar/ acrescenta ao verbo um matiz muito mais depreciativo, como se ridicularizar significasse algo mais do que “pôr em ridículo”. Seria “pôr em ridículo” ou “zombar de alguém”, porém talvez diante de várias pessoas, o que remeteria à noção de espalhar já discutida anteriormente para o segmento /-ar/ de /-arada/. Entendemos, pois, que ridicularizar se prende de fato ao adjetivo ridículo, e não ao substantivo ridicularia, como pretende o Dicionário Aurélio.
Aliás, numa descrição sincrônica, se levado em conta o princípio da consciência coletiva dos

falantes, é bastante problemático associar ridi-cularizar com ridicularia. Mas, por outro lado, sentimos que a segmentação ridicul-arizar não é boa. Talvez por causa da analogia com outros verbos como popularizar, militarizar, polarizar etc., existe a intuição de que ridicularizar deve segmentar-se como ridicular-izar, postulando-se então a forma teórica *ridicular. Uma hipótese alternativa a ser discutida seria a de atribuir ao elemento /-ar/ o status de sufixo, tal como veremos abaixo.

c) chuva > *chuv+ar > chuv+ar+ada

De acordo com essa segmentação, /-arada/ seria uma seqüência de dois sufixos, a saber /-ar/ e /-ada/, desde que ambos aparecem isoladamente em inúmeros derivados. O primeiro problema dessa análise reside no fato de que, a ser assim, chuvarada derivaria da forma inexistente *chuvar, tal como compreendemos acima que ridicularizar adviria de ridículo, através da forma teórica *ridicular. Se levarmos em conta que há uma série eleva-da de derivados em que os vocábulos primitivos não se realizam (cf. car-pinteiro, marceneiro, descascar etc.), a questão estará parcialmente resolvida. Mas resta saber por que haveria necessidade de se postular um vocábulo potencial (*chuvar), quando existe uma palavra plenamente realizada (chu-va) da qual provêm outras (chuveiro, chuvisco, chuvoso etc.). Existe inclu-sive a intuição de que chuvarada e ridicularizar provêm, respectivamente, de chuva e de ridículo. Diante disso, passemos a refletir sobre a possibilidade de que tenha havido uma inserção do elemento /-ar/, o que motiva duas novas interpretações.

d) chuva > chuv+...+ada > chuv+ar+ada1

Por essa hipótese, de chuva deriva chuvada e, daí, por infixação, se forma chuvarada. O que seduz nesta análise, além do fato de que se pode estabelecer uma comutação entre os vocábulos, como se ao elemento /-ar/ se opusesse um Ø (chuv+Ø+ada / chuv+ar+ada), é a percepção de que os termos não são sinônimos perfeitos e se pode atribuir um significado ao segmento /-ar/. O que invalida a hipótese é a convicção de que chuvarada não deriva de chuvada, mas de chuva. Portanto, não cabe aqui falar em infixação.

e) chuva > chuv+...+ada > chuv+ar+ada2

Se não se trata de infixação, resta a alternativa de se considerar o elemento /-ar/ como um interfixo. Tal análise não difere em nada da que Malkiel (1957) propôs para o espanhol, a partir de vocábulos como hum-ar-eda e polv-ar-eda. A restrição que nos faz hesitar um pouco diante de tal descrição diz respeito justamente ao requisito da vacuidade semântica que caracterizaria os interfixos, pois, conforme argumentamos, percebemos algum matiz de significado no segmento /-ar/. E, existindo significado, não haverá no caso um morfe ou componente vazio, como entende Malkiel (1993), senão que um verdadeiro morfema. Estamos assim diante de uma situação análoga à que discutimos em relação a pares do tipo vendável x vendível ou vestiário x vestuário. Se, nos demais casos de interfixação, se pudesse detectar algum vestígio de significado, a conclusão a ser tirada seria bem mais lógica e fácil. Cremos, portanto, que é necessário refletir mais acuradamente em torno do conceito de interfixo, que sem dúvida não deixa de ser uma boa saída para simplificar a análise. Não sendo assim, resta a solução de se considerar o segmento inteiro /-arada/ como um morfema autônomo, distinto de /-ada/. O que não deixa de ser uma saída até certo ponto coerente, mas

bastante antieconômi-ca.

4. OS INFIXOS AUTÊNTICOS

Estabelecidos os requisitos de que só há infixação quando se insere um segmento no interior de uma base e tal segmento se caracteriza como um autêntico morfema, dotado pois de significado, é hora de verificar se tal mecanismo inexiste mesmo em português. À primeira vista, como tais requisitos impedem que os infixos sejam confundidos ou com os sufixos me-diais, já que estes são acrescentados após a base, ou com os interfixos, já que ligam uma raiz a um sufixo, parece difícil sustentar que numa descrição sincrônica se possa falar em infixos na língua portuguesa. Entretanto, vamos a seguir apresentar elementos que, salvo melhor juízo, provam justamente o que se costuma imaginar.

4.1. A infixação verbal

Comecemos com um exemplo bem simples e curioso, o do verbo pinicar. Se entendermos que pinicar vem de picar, teremos atestado em português a presença do infixo verbal /-in-/: picar > p-in-icar. É bem evidente que há uma relação morfossemântica entre os dois verbos e se sente que o morfema /-in/ traduz uma noção diminutiva ou freqüentativa.
Igualmente, se entendermos que adocicar vem de adoçar, e não de doce, parece claro que houve infixação. De doce deriva-se por parassíntese adoçar e daí se forma adocicar, em que o segmento /-ic-/ acrescenta a no-ção diminutiva. Tem-se então a seguinte cadeia: doce > a-doç-ar > a-doc-ic-ar. Se adocicar fosse um derivado imediato de doce, seria um parassintético. Como, porém, se liga a adoçar, tem todas as características de um derivado por infixação.
Outro exemplo seria o do verbo saltitar. Se concluirmos que deriva de saltar, torna-se cabível supor que o morfe /-it-/ é inserido entre a raiz e a vogal que completa o tema: salt...ar > salt-it-ar. Interpretar como um caso de sufixação é a hipótese generalizada, porém talvez seja mais coerente perceber que se trata de infixação. A dúvida, a esse respeito, decorre de que o segmento /-ar/ tanto pode pertencer ao verbo primitivo, como pode com-pletar o morfema derivativo. Mas, como tal dúvida inexiste no caso de pini-car, não vemos nenhum problema em conceber que /-it-/ seja outro morfe diminutivo que pode ser infixado.
Todavia, a infixação não ocorre quando o verbo deriva de um nome. Observando pares do tipo florar / florear ou voltar / voltear, há o risco de se pensar que haja a inserção do morfe /-e-/ de modo semelhante ao que vimos em saltar > saltitar. Entendemos, porém, que, pelo sentido que apresentam, verbos do tipo de florear e voltear são denominais. Com efeito, florear significa, por exemplo, “cobrir ou adornar com flores” e voltear é “dar muitas voltas”. E, além disso, inúmeros outros verbos em /-ear/ (golpe-ar, cabecear, folhear, sombrear, barbear, bombear, cabecear, campear, capear, contrabandear, cornear, nortear, pentear, saborear, sortear, prate-ar etc.) se ligam a bases nominais, sendo pois improvável que florear e voltear derivem respectivamente de florar e voltear.
Em suma, parece-nos incontestável a existência de pelo menos três infixos verbais em português (/-in-/, /-ic-/ e /-it-/) ou, numa hipótese alter-nativa, um morfema de infixação com três alomorfes, já que todos expressam a mesma noção de diminutivo ou o aspecto freqüentativo.

4.2. A infixação nominal

A infixação nominal também acontece na formação de diminutivos, porém é bem mais freqüente do que a verbal. Um dos casos interessantes é o da inserção do morfe /-inh-/ em vocábulos masculinos de tema em /a/. Vejamos, por exemplo, o que acontece com o diminutivo de cinema, samba e problema. Se se tratasse de sufixação, teríamos normalmente ci-nem-inho, samb-inho e problem-inho. Contudo, o que existe na prática é cinem-inh-a, sambinha e problem-inh-a.

É oportuno refletir um pouco sobre o fenômeno. Se levarmos em conta uma das regras morfofonêmicas formuladas para a aplicação dos sufixos em português, teremos que admitir a obrigatoriedade da elisão da vogal do tema, desde que é átona e a do morfe /-inh-/ é tônica. Assim: ci-nema + inho = cinemainho > cineminho. No italiano, segundo informam Dosuna & Pensado (1993), o que se tem de fato é cinema > cinemino. Por que então, em português, o diminutivo em /-inh-/ das palavras masculinas terminadas em /a/ não segue esta regra? Uma explicação lógica só pode ser a de que o morfe /-inh/ é acrescentado dentro e não depois da base. E é mesmo curioso que essa inserção ocorre com /-inh/, porém não com a vari-ante sufixal /-zinho/: problemazinho, cinemazinho.

Na realidade, trata-se de um mecanismo que parece restringir-se à formação dos diminutivos em /-inh-/. Com efeito, o aumentativo de proble-ma é problemão, com a supressão normal da vogal do tema. De fantasm-a tira-se fantasm-inh-a (e não *o fastamona); de poet-a se forma poet-inh-a (mas poet-astr-o); de goril-a tem-se goril-inh-a (mas goril-ã-o). E assim por diante.

Na formação dos hipocorísticos, a mesma regra de infixação ocorre quando o prenome ou sobrenome, embora referindo-se ao sexo masculino, termina por /a/: o Batista > o Batistinha, o Rocha > o Rochinha, o Viana > o Vianinha, o Barbosa > o Barbosinha, o Costa > o Costinha. O mesmo se aplica aos apelidos de igual contexto: o Bola > o Bolinha, o Cebola > o Cebolinha etc.

É verdade que ao fim de muitos hipocorísticos aparece a mesma vogal, independente de como finda o prenome, conforme se constata em Zeca ou Zequinha (de José), Quinca (de Joaquim), Pedroca (de Pedro) ou Mundoca (de Raimundo). Mas, quando ela já existe no nome próprio, não há como negar a sua retomada após a inserção do morfe diminutivo. Um argumento adicional para essa conclusão é o fato de que, a par de Car-minha, existe o estranho hipocorístico Carminho para Maria do Carmo, que deve também ser analisado como um caso de infixação: Carm...o > Carm-inh-o.

Além dessas situações, os infixos formam hipocorísticos quando a base termina por /s/. Eis alguns dos muitos exemplos que colhemos:

Carlos > Carl-inh-os, Carl-it-os
Marcos > Marqu-inh-os
Domingos > Domingu-inh-os
Jonas > Jon-inh-as
Esdras > Esdr-inh-as
Lucas > Luqu-inh-as

Não se pode negar que o prenome aqui é realmente bipartido para a inserção do morfema: a terminação do hipocorístico é a mesma do prenome. Todavia, cumpre ressaltar que essa retomada não vale para os nomes co-muns terminados em /s/. Assim, um substantivo como adeus faz o diminutivo mediante o acréscimo do sufixo /-inho/: adeusinho. Isso sem dúvida para manter a distinção de número: adeusinho / adeusinhos.

5. CONCLUSÃO

Pelos argumentos e exemplos apresentados, temos a convicção de que a infixação é um mecanismo ainda vigente na sincronia atual do português. Restringe-se, porém, à morfologia derivacional, uma vez que na fle-xão os casos duvidosos podem ser melhor interpretados mediante o recurso à alomorfia ou à interfixação.

Os infixos que operam no processo de derivação, seja nominal ou verbal, são sempre de caráter diminutivo ou afetivo e, assim como os sufixos que expressam essas mesmas noções, têm a peculiaridade de não mudar a classe gramatical do vocábulo derivado.

Na formação de verbos, registramos a ocorrência de três morfes infixados (/-in-/, /-ic-/ e /-it/), que acrescentam ao significado da base a noção diminutiva ou o aspecto freqüentativo. Na derivação nominal, o infixo mais produtivo é /-inh-/, que se insere na base de qualquer palavra masculina de tema em /a/ ou ainda nos nomes próprios terminados em /-os/. Em qualquer caso, porém, os infixos diminutivos não se confundem com os sufixos de igual forma e valor, jamais admitindo a consoante /z/ que pode preceder esses sufixos, gerando alomorfias (/-inho/ ~ /-zinho/, /-ito/ ~ /-zito/ etc.).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, F. da Silveira (1968). Gramática normativa da língua portuguesa. 7a. ed. São Paulo, Saraiva.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1968). Dicionário de filologia e gramá-tica. 3a ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, J. Ozon.383 p.

_____ (1970). Princípios de lingüística geral. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica. 333 p.

DOSUNA, J. Méndez, & PENSADO, Carmen (1993). Los diminutivos infijados en español. In: VARELA, Soledad. La formación de palabras. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 316-35.

DUBOIS, J. et al. (1993). Dicionário de lingüística. 9ª ed. São Paulo, Cul-trix. 653 p.

FERNÁNDEZ, Emilio N. (1973). El diminutivo. Historia y función en el español clásico y moderno. Madrid, Gredos. 458 p.

FERREIRA, Aurélio B. de H. (1986). Novo dicionário da língua portugue-sa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1.838 p.

MALKIEL, Y. (1957). Los interfijos hispánicos: problema de lingüística histórica y estructural. In: Estructuralismo e historia. La Laguna, Uni-versidad de la Laguna, v. II, pp. 106-99.

_____ (1993). El análisis genético de la formación de palabras. In: VARELA, Soledad (ed.). La formación de palabras. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 71-115.

MARTINET, André (1985). Sintaxe générale. Paris, Armand Colin. 266 p.

MONTEIRO, José Lemos (1991). Morfologia portuguesa. 3a. ed. São Pau-lo, Pontes, 1991. 220 p.

_____ (1997). A formação dos diminutivos no português oral de Fortaleza. In: Hora, Dermeval da (org.). Diversidade lingüística no Brasil. João Pessoa, Idéia, pp. 115-30.

PENA, J. (1993). La formación de verbos en español: la sufijación verbal. In: VARELA, Soledad. La formación de palabras. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 217-81.

PORTOLÉS, José (1993). Sobre los interfijos en español. In: VARELA, Soledad. La formación de palabras. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 339-59.

RAINER, Franz (1993). Setenta años (1921-1990) de investigación en la formación de palabras

del español moderno: bibliografía crítica selecti-va. In: VARELA, Soledad (ed.). La formación de palabras. Madrid, Taurus Universitaria, pp. 30-70.